



02  
464/88

0141

Câmara Municipal de Barueri  
ESTADO DE SÃO PAULO

- PROJETO DE LEI Nº 13 /88 -

"Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Barueri e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI DECRETA:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico e Cultural do Município

Artigo 1º) - Constitui patrimônio histórico e cultural do Município de Barueri o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no seu território, que seja do interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente de atividade humana e do perpassar do tempo, em virtude de:

A) - sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis ou fatos atuais significativos;

B) - seu valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico ou folclórico;

C) - sua relação com a vida e a paisagem do Município.

Parágrafo Único - Os bens a que se refere o presente artigo sujeitam-se a tombamento, nos termos desta lei, mediante sua inscrição no livro tomo.

Artigo 2º) - Equiparam-se aos bens a que se refere o artigo 1º, sujeitando-se a tombamento, os monumentos naturais bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agência dos pela atividade humana.

Artigo 3º) - A presente Lei aplica-se às coisas pertencentes, tanto às pessoas naturais, como às pessoas jurídicas de direito público interno.

Parágrafo Único - Excetua-se as obras de origem estrangeira que:

I - pertençam às representações diplomáticas ou consulares sediadas no País;



III - pertençam, legal e regularmente, a casa do comércio de objeto histórico ou artístico;

IV - sejam trazidos ao território do Município para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

V - tenham sido importadas regularmente por empresas estrangeiras, especificamente para adorno de seus respectivos estabelecimentos.

CAPÍTULO II

Do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural

COMPHEC

Artigo 4º) - O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural é o órgão colegiado de assessoramento, vinculado ao Prefeito por linha de coordenação, ao qual compete:

A) - cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento;

B) - apreciar, de ofício ou a requerimento, e conveniência de tombamento, emitindo parecer fundamentado;

C) - proceder ao tombamento provisório;

D) - encaminhar ao Prefeito, para homologação, requerimento ou proposta de tombamento definitivo;

E) - manter os livros de tombo;

F) - articular-se com os demais órgãos da administração municipal, para o atendimento de suas finalidades e, especialmente, para fiscalização do cumprimento desta lei.

Artigo 5º) - O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPHEC tem a seguinte composição:

a) - um representante da Diretoria de Finanças;

b) - um representante do Escritório Técnico do Setor de obras;

c) - um representante do SEMEC de Barueri;

d) - um representante do Departamento Jurídico do Município;

e) - um conselheiro de livre escolha do Prefeito Municipal;

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho, indicados pelos respec



0143 114/88

Câmara Municipal de Barueri  
ESTADO DE SÃO PAULO

fls.03

Parágrafo segundo - Anualmente, o Conselho elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente.

Parágrafo terceiro - A função de conselheiro será exercida gratuitamente e considerada serviço público relevante.

Artigo 6º) - O Prefeito, ouvido o Conselho, aprovará por decreto o seu regime interno.

CAPÍTULO III

DO Processo de Tombamento

Artigo 7º) - O COMPHIC manterá:

- I - Livro de Tombo Histórico e Cultural;
- II - Livro de Tombo Paisagístico.

Artigo 8º) - O processo de Tombamento terá início:

- I - a requerimento do proprietário;
- II - a requerimento de qualquer um do povo;
- III - por proposta de qualquer membro do COMPHIC

Parágrafo primeiro - Na hipótese do inciso I, opinando o COMPHIC pelo tombamento, submeterá o parecer à homologação do Prefeito; nos casos dos incisos II e III, emitindo Parecer favorável, o COMPHIC procederá ao tombamento provisório do bem.

Parágrafo segundo: - O Presidente do Conselho determinará o arquivamento do processo, quando indeferidos os requerimentos ou rejeitadas as proposições dos conselheiros.

Artigo 9º) - Efetuado o tombamento provisório do bem, o Presidente do Conselho promoverá a intimação do proprietário para, querendo, impugnar a medida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Artigo 10) - A intimação do proprietário se fará:

- I - pessoalmente, se domiciliado ou residente no Município;
- II - por carta registrada, com aviso de recepção, se domiciliado ou residente fora do Município;
- III - por edital, publicado na imprensa local:
  - a) - quando for o mesmo desconhecido;



05  
444/82

0144  
Câmara Municipal de Barueri  
ESTADO DE SÃO PAULO

-fls. 04-

c) - quando a demora da intimação pessoal possa prejudicar os seus efeitos;

d) - nos casos expressos em lei.

Parágrafo Único - Mesmo nas hipóteses dos incisos I e II, a intimação será feita por edital, quando destinada a terceiros, ao conhecimento público, ou for essencial à finalidade do ato.

Artigo 11) - O mandato de intimação conterá:

I - o nome do proprietário ou possuidor a qualquer título;

II - os fundamentos de fato e de direito que justificam e autorizem o tombamento;

III - a descrição;

a) - do gênero, espécie, qualidade e estado de conservação do bem;

b) - do lugar em que se encontre o objeto;

IV - a advertência de que o bem será definitivamente tombado e integrado ao patrimônio histórico e cultural do Município, se o tombamento provisório não for impugnado no prazo de 15 (quinze) dias;

V - as limitações, obrigações e direitos decorrentes do tombamento;

VI - data e assinatura da autoridade competente.

Parágrafo Único - Em se tratando de imóvel, a descrição do bem atenderá a todos os requisitos legais para efeito de matrícula no registro de imóveis.

Artigo 12) - O proprietário ou possuidor a qualquer título poderá - opor-se ao tombamento, impugnando-o por petição que deverá conter:

I - a qualificação do impugnante e sua titularidade em relação ao bem;

II - os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opõe ao tombamento, que só poderão versar sobre:

a) - inexistência ou nulidade de intimação;

b) - não inclusão do bem nas hipóteses dos artigos 1º e 2º;



0145  
Câmara Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

-fls. 05-

III - as provas, se for o caso, da veracidade do que alega.

Artigo 13) - Será liminarmente rejeitada a impugnação quando:

I - intempestiva;

II - não se fundar em qualquer dos fatos mencionados no inciso II do artigo anterior;

III - o impugnado for parte ilegítima.

Artigo 15) - Recebida a impugnação, o Conselho procederá ao julgamento segundo o disposto no Regimento Interno.

Parágrafo primeiro - Admitida a impugnação, será o processo arquivado

Parágrafo segundo - As impugnações fundadas em inexistência ou nulidade da intimação serão recebidas pelo Presidente do Conselho, que decidirá sobre as mesmas em despacho motivado, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo terceiro - Rejeitada a impugnação, o tombamento provisório será submetido à homologação do Prefeito.

Parágrafo quarto - A homologação do Prefeito importará em tombamento definitivo pelo COMPHIC.

CAPÍTULO IV

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Artigo 16) - Uma vez tombados, provisória ou definitivamente, os bens não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem ter suas características alteradas.

Artigo 17) - As obras de conservação, reparação e restauração, devem ser executadas somente mediante autorização do COMPHIC, que poderá dar assistência técnica aos interessados ou promovê-las por outros órgãos da Prefeitura.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - obra de conservação a intervenção de natureza preventiva, que consiste na manutenção do estado preservado do bem cultural;

II - obra de reparação a intervenção de natureza corretiva; - que consiste na substituição, modificação ou eliminação de elementos integrantes, visando à permanência de sua natureza ou a estabe



III - obra de restauração a intervenção, também de natureza corretiva, que consiste na reconstituição de sua função original, - mediante a recuperação da estrutura afetado e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados, ou do expurgo de elementos - estranhos.

Artigo 18) - Nos casos de perda, extravio, furto, perecimento ou destruição total ou parcial do bem, o proprietário ou possuidor do mesmo deverá comunicar a ocorrência ao COMPHIC, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 19) - Os bens tombados ficam sujeitos à proteção, vigilância e fiscalização permanentes, podendo ser inspecionado - sempre que o COMPHIC julgar necessário.

Artigo 20) - O bem móvel tombado não poderá ser retirado do território do Município, salvo por curto prazo e com finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do COMPHIC.

Artigo 21) - Verificada a urgência para realização de obras de conservação em qualquer bem tombado, ou recusando-se o seu proprietário ou possuidor a realizá-los, o Município tomará a iniciativa de projetá-las e executá-las, independentemente de comunicação ao proprietário ou possuidor, devendo estes ressarcirem após o erário público, sem prejuízo das ações cabíveis.

Parágrafo Único - A requerimento de proprietário que comprovar insuficiência de recurso para realizar obras de conservação ou restauração do bem tombado, o Município poderá assumir o ônus de sua execução.

Artigo 22) - Sem prévia autorização do Município não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado, que ponha em risco sua integridade, lhe possa impedir ou reduzir a vizibilidade ou, a juízo do COMPHIC, não se harmoniza com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.

Parágrafo Primeiro - A vedação contida neste artigo se estende à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto com os mesmos efeitos.

Parágrafo segundo - Para os fins deste artigo, o COMPHIC definirá -



0147  
184/88

Câmara Municipal de Barueri  
ESTADO DE SÃO PAULO

-fls.07-

Artigo 23) - Para o efeito de imposição das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal, o COMPHIC comunicará o descumprimento das disposições desta lei à autoridade policial e ao Ministério Público, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

CAPÍTULO V

Dos Estímulos ao Tombamento

Seção I

Dos Estímulos Fiscais

Artigo 24) - Os imóveis tombados pelo Município terão o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana reduzido em 50% (cinquenta por cento) .

Artigo 25) - O proprietário do prédio tombado pelo Município que, por solicitação do COMPHIC, realizar obras de conservação, reparação ou restauração, ficará isento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incidentes sobre o prédio tombado, por dois, cinco ou dez anos, respectivamente.

Artigo 26) - Os estabelecimentos prestadores de serviços em imóveis tombados com base na presente lei gozarão dos seguintes benefícios, relativamente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

I - redução de 20% (vinte por cento) no valor do imposto devido, quando calculado com base no preço dos serviços;

II - isenção, quando o imposto for calculado por meio de alíquotas fixas.

Artigo 27) - São isentos de taxa de Licença para Execução de Obras Particulares as obras efetuadas regularmente em imóvel tombado.

SEÇÃO II

DA COMPENSAÇÃO PELA REDUÇÃO DA FACULDADE  
DE CONSTRUIR

Artigo 28) - O proprietário do bem imóvel tombado...



0148  
11/1/88

Câmara Municipal de Barueri  
ESTADO DE SÃO PAULO

-fls.03-

área máxima de construção permitida para o imóvel tombado, de conformidade com a legislação urbanística vigente à época do tombamento, e a área efetivamente construída do imóvel tombado (solo - criado).

Parágrafo Único - Cada imóvel pode ter acrescido, por transferência da faculdade de construir, área não superior a 50% (cinquenta por cento) do índice de aproveitamento sujeito - nos termos da lei vigente à transferência.

Artigo 29) - Compete ao Escritório Técnico do Setor de Obras (ETSQ), proceder ao cálculo de área transferível e acrescível de que trata o artigo anterior.

CAPÍTULO VI

Das Penalidades por Infrações

Artigo 30) - As infrações às disposições desta lei serão punidas - com multas variáveis de 1 (um) a 100 (cem) vezes a unidade de referência instituída pelo Município.

Parágrafo primeiro - A fixação do valor da multa se fará de acordo com a gravidade da infração.

Parágrafo segundo - A reincidência, mesmo genérica, se aplicará - multa em dobro da anteriormente fixada.

Artigo 31) - A multa será equivalente a duas vezes o valor do bem tombado, quando este:

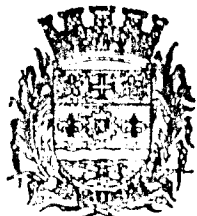
- I - for destruído com dolo;
- II - perecer ou for extraviado, com culpa;
- III - for retirado do território do Município, sendo impossível o seu retorno.

Artigo 32) - Independentemente da penalidade pecuniária, o Município poderá para conservação do bem tombado;

- I - interditar atividade ou uso;
- II - embargar obra;
- III - revogar ou cassar licença, autorização, permissão ou concessão.

Artigo 33) - O procedimento tendente à aplicação de penalidades e





0149  
Câmara Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

-fls 09-

CAPÍTULO VII

Das disposições finais e transitórias

Artigo 34) - Enquanto não for constituído o COMPHIC, no prazo de 90 (noventa) dias, o Município com base em parecer do escritório Técnico do Setor de Obras, poderá negar licença para - construção, reforma ou demolição, para proteger bens que se enquadrem nas disposições dos artigos 1º e 2º desta Lei.

Artigo 35) - As disposições do Capítulo V não se aplicam aos bens tombados provisoriamente.

Artigo 36) - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, 05 de setembro de 1988.

*Gilberto Otávio Tolaini*  
DR. GILBERTO OTÁVIO TOLAINI  
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI	
Protocolo n.º	592
Fls. n.º	02
Assinatura	06/09/88